



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 125

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 04 DE OUTUBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Valdir Rossoni*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Democratas *Plauto Miró*
PT *Elton Welter*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
PTB *Fábio Camargo*
Bloco PPS/PMN *Dr. Batista*
Bloco PSB/PR/PRB/PV *Reni Pereira*

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 125

112ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva..... 02

Presenças..... 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Requerimentos 03

Projetos de Resolução..... 03

Projetos de Lei 03

Pequeno Expediente:

Dep. Jocelito Canto..... 05

Grande Expediente:

Homenagem à Federação das Indústrias do Estado do Paraná

Dep. Cida Borghetti 06

Dep. Mauro Moraes 06

Dr. Rodrigo Rocha Loures

Presidente da FIEP 07

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PSB/PR/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk..... 10

Liderança do PP

Dep. Ney Leprevost 10

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 12

Discussão/Votação

Redação Final 12

3ª Discussão 13

2ª Discussão 13

1ª Discussão 13

Encerramento da Sessão20

Publicações:

Comissão Executiva

Indicações Legislativas21

Diretoria Geral

Portarias24

Publicações Administrativas:

Abono Permanência24

DIÁRIO Nº 125

112ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

ATA DA 112ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2007

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

Presenças:

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Elio Rusch, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Malucelli, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri e Waldyr Pugliesi (29).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Pedro Ivo, Reni Pereira, Ribas

Carli Filho, Teruo Kato e Valdir Rossoni (24).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimento

REQUERIMENTO Nº 2970

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o adiamento de votação do Projeto de Lei nº 693/07 por 05 Sessões.

Sala das Sessões, em 04.10.07.

(a) TADEU VENERI

Projeto de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 030/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica alterado o parágrafo 7º do artigo 33, do Regimento Interno, estabelecendo novas competências e atividades especiais a serem cumpridas pela Comissão Permanente de Obras Públicas, Transportes e Comunicação da Assembléia Legislativa, com a inclusão dos seguintes incisos:

“I - avaliar todos e quaisquer projetos de campanhas de publicidade e propaganda, de atos públicos oficiais ou não, do âmbito da administração direta e indireta do estado, observando o mérito, o interesse público, a qualidade e a eficácia das propostas, antecipadamente a qualquer autorização de divulgação ou execução da Secretaria de Estado da Comunicação Social;

II - fiscalizar a execução orçamentária da Secretaria de Estado da Comunicação Social, se necessário com o auxílio do Tribunal de Contas, emitindo relatórios

semestrais para conhecimento e deliberação do Plenário da Assembléia;

III - solicitar trimestralmente relatórios da Secretaria do Estado da Comunicação Social, sobre o planejamento de mídia e custos de divulgação de publicidade e propaganda, sejam de atos oficiais ou não;

IV - avaliar os resultados dos serviços das Agências de Publicidade e Propaganda contratadas para divulgação ou veiculação de publicidade e propaganda do estado, observando o atendimento dos objetivos, informando o Plenário da Assembléia e ao Tribunal de Contas, na hipótese de ineficácia.”

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.10.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de resolução que tem por objetivo ampliar as atribuições da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sempre levando em conta a melhoria dos trabalhos das comissões permanentes da Assembléia Legislativa, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 716/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os créditos decorrentes de débitos imputados e inscritos em dívida ativa estadual, na forma da Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005, que constituírem crédito do Tesouro Estadual, poderão ser pagas em até 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, conforme o disposto nesta lei.

§ 1º O crédito parcelável compreenderá o principal e os acréscimos legais previstos em lei, calculados até a data do parcelamento.

§ 2º O pedido de parcelamento implica no recolhimento incondicional da infração e do crédito.

§ 3º As multas aplicadas na forma da Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005 não poderão ser objeto de parcelamento, conjunto ou isoladamente.

§ 4º A presente lei aplicar-se-á aos débitos imputados à pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 2º O pedido de parcelamento, onde o devedor se identificará devidamente, subscrito pelo seu representante legal, quando for o caso, será protocolizado na

Secretaria Estadual da Fazenda, como previsto em sua regulamentação interna.

§ 1º O devedor informará no requerimento a origem do crédito, bem como o número de parcelas em que pretende pagá-lo.

§ 2º Tratando-se de crédito inscrito em dívida ativa, ajuizado para cobrança executiva, o pedido de parcelamento deverá, ainda, ser instruído com o comprovante do pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios e, da prova de oferecimento de suficientes bens em garantia ou fiança, para liquidação do débito, suspendendo-se a execução, por solicitação do Tribunal de Contas à Secretaria da Fazenda, até a quitação do parcelamento.

§ 3º Em se tratando de fiança, para os efeitos do parágrafo anterior, fica excluído o benefício de ordem.

Art. 3º A decisão sobre o pedido de parcelamento é de competência do Secretário de Estado da Fazenda.

§ 1º O valor a parcelar não poderá ser inferior a dez Unidades Padrão do Estado do Paraná - UPF/PR, vigentes no mês do pedido, devendo no ato do parcelamento a autoridade administrativa fixar o número de parcelas, observado o valor mínimo de quatro UPF/PR para cada uma delas.

§ 2º O pagamento da parcela inicial será realizado por ocasião da assinatura do Termo de Acordo de Parcelamento, sendo a este anexada uma via de recolhimento.

§ 3º Se o devedor, no prazo de trinta dias, não comparecer para assinar o Termo de Acordo de Parcelamento, considerar-se-á consumada a sua renúncia ao pedido, dando-se prosseguimento ou iniciando-se a sua cobrança executiva.

Art. 4º Acarretará rescisão do parcelamento a falta de pagamento de seis parcelas, após comprovada a inadimplência pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 5º Com o deferimento do pedido de parcelamento a Secretaria de Estado da Fazenda comunicará ao Tribunal de Contas do Estado para fins de registro de regularidade em seus cadastros, autorizando a emissão da respectiva certidão positiva com efeitos negativos, para fins de certidão liberatória.

Parágrafo Único. Rescindindo-se por inadimplemento o parcelamento será automaticamente comunicado pela SEFA ao Tribunal de Contas do Estado, para fins de cassação liberatória emitida ou vedação de nova certidão liberatória.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.10.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005, Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do

Paraná, dispõe no Capítulo IV sobre as sanções e responsabilidades decorrentes dos processos administrativos de competência do Tribunal de Contas, estabelecendo no artigo 92, que “após o trânsito em julgado da decisão que fixar a restituição de valores, os responsáveis terão prazo de 30 (trinta) dias para efetuar recolhimento, devidamente atualizado, em favor da entidade credora identificada”.

O parágrafo 2º, do citado artigo 92, prevê a possibilidade de parcelamento desses valores, conforme se verifica pelo texto adiante transcrito:

§ 2º O parcelamento dos valores a serem restituídos ao erário somente será possível nos termos da legislação específica de cada ente federativo, quando for o caso, devendo ser formalizado expediente administrativo próprio.

Ocorre que o ordenamento jurídico do estado do Paraná não contempla a hipótese de parcelamento de tais dívidas, que se constituem em débitos “não-tributários”, tratando as normas estaduais apenas do pagamento em parcelas de dívidas tributárias.

Sendo assim, o projeto tem por finalidade atender ao disposto no parágrafo 2º do artigo 92, da Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005, preenchendo a lacuna acerca do parcelamento de tais débitos e auxiliando os municípios que não têm possibilidade de quitá-los em um único pagamento.

PROJETO DE LEI Nº 717/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a implantação do Sistema de Controle Biométrico - Controle Presencial de Aulas Teóricas e Práticas de Direção Veicular nos Centros de Formação de Condutores.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.10.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo instituir a implantação do Sistema de Controle Biométrico - Controle Presencial de Aulas Teóricas e Práticas de Direção Veicular nos Centros de Formação de Condutores.

Com implantação do Sistema de Controle Biométrico, o qual melhorará muito o controle de frequência dos alunos em processo de formação, tanto teórico, quanto prática de direção veicular.

Além de efetiva melhora no controle de frequência dos alunos, esta ferramenta auxiliará substancialmente a fiscalização dos Centros de Formação de Condutores pela Controladoria de Trânsito - CRT.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para aprovação do projeto de lei.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Aproveito esta quinta-feira, Sr. Presidente, queria registrar com muita alegria hoje os oito anos de um grande empreendimento que aconteceu em Ponta Grossa e que abriu caminho para que mais universidades e faculdades se instalassem na nossa cidade.

No dia e hoje, a nossa cidade e os campos gerais têm alegria de completar os oito anos do SESCAGE. É uma faculdade que há oito anos vem formando jovens. Começou com muitas dificuldades. No início ainda estávamos na Prefeitura de Ponta Grossa e fizemos a nossa parte, no sentido de incrementar esse segmento, que sabíamos que na sequência outros também viriam em consequência da instalação do SESCAGE. O SESCAGE hoje é uma referência não só para a região, para o Paraná e também para o estado e para o país, tendo agora surgido no SESCAGE Genética um Centro de Biotecnologia de Produção Animal que está tendo um grande destaque a nível de Brasil.

Por isso, Sr. Presidente. Srs. Deputados, queria registrar hoje com muita alegria os oito anos dessa instituição que tem trabalhado, tem formado jovens, que tem feito parcerias e que ao mesmo tempo também tem atendido o nosso povo mais simples com o seu curso de fisioterapia, tem atendido entidades, pessoas, tem feito um trabalho social muito importante.

Além de formar os jovens, está cuidando também das pessoas mais simples e das pessoas mais pobres da nossa cidade e da nossa região.

Por outro lado, Sr. Presidente, gostaria de falar também hoje de um fato bastante triste e que envolve o interior de um dos municípios que nós trabalhamos, que é a cidade de Ipiranga.

O povo do interior de Ipiranga tem nos cobrado falta de água em várias localidades, como Faxinal do São Brás, Colônia Shaffer, Colônia Adelaide, Pinhão, Canguera. São localidades do interior em que as pessoas não têm a ligação de água e que se obrigam a utilizar de pequenos riachos e até poços muitas vezes contaminados para poder ter a água no seu dia-a-dia.

E o que nos chamou atenção é que não muito distante, a SANEPAR mandou a Ipiranga, além da perfuração dos poços, mandou 44 mil metros de cano para fazer essas ligações, envolvendo essas localidades do interior.

Mas por incrível que pareça, dos 44 mil metros que foram remetidos pela SANEPAR para o município de Ipiranga, apenas 1.060 metros foram colocados, sendo que outros 4.400 metros estão sendo armazenados num depósito da Prefeitura Municipal de Ipiranga. Trinta e oito mil metros de canos foram furtados. Alguém furtou os canos e deu os “canos” no povo de Ipiranga.

E, agora estou a provocar o tão famoso Ministério Público que adora cobrar as coisas erradas, a cobrar do Ministério Público, de Ipiranga, que até agora não se mexeu para investigar para onde foram esses 38 mil metros de canos que desapareceram. Ninguém sabe onde estão os canos. Daria para fazer a colocação de canos em todo interior de Ipiranga. Mas, infelizmente, alguém passou a mão nos canos. E o povo lá, hoje com razão, cobra a falta de água, cobra a instalação de água, porque alguém furtou ou alguém deixou alguém furtar os canos.

Por isso, vou solicitar a esta Casa, à Comissão de Fiscalização, nos próximos dias, para que possamos convocar as autoridades daquela cidade para que expliquem porque é que sumiu tanto cano. É tanto cano que daria para ir, até a metade, daqui até Ponta Grossa, ligando através de água. E agora quero saber onde estão os canos. E o Ministério Público, muito querido lá de Ipiranga, o Promotor não toma providências, é dinheiro público. Hoje as pessoas estão sem água, as pessoas estão passando momentos difíceis, a saúde das pessoas é um momento complicado e alguém meteu a mão nos canos lá da cidade de Ipiranga.

Então estou solicitando à Comissão de Fiscalização desta Casa que tome as devidas providências no sentido de que possamos descobrir onde foram parar esses canos, se foi para a casa de alguém, se alguém deixou levar, se alguém furtou, se alguém deixou furtar, se alguém deu. A verdade é que alguém deu o “cano” em alguém. E tem gente que faz discurso lá em Ipiranga e ainda posa de moralidade. Quero saber onde estão os canos, porque o povo me liga todo dia na rádio perguntando: “Deputado, cadê a água?” Para ligar a água precisa dos canos, então precisamos achar os canos primeiro para ligar a água. Vamos torcer que a nossa Comissão de Fiscalização, comandada pelo Deputado Artagão, tão logo possamos fazer uma reunião, possamos buscar esses canos e devolver ao povo de Ipiranga o direito de ter a sua água, na sua casa. Porque o povo cobra com razão e o povo do interior deve ser respeitado.

Sr. Presidente, para finalizar, dizer que nesta quinta-feira, na cidade de Ponta Grossa, os 11 leitos de UTIs do nosso pronto-socorro municipal, dos 11 leitos de UTIs colocados, tem pelo menos 8 vagas à disposição. E nos próximos dias vou trazer, aqui, algo fenomenal sobre as histórias das UTIs de Ponta Grossa. Vou trazer algumas histórias, que estou ficando especialista em contar histórias, estou aprendendo com alguns discursos que vejo aí, com algumas maluquices de campanha. A gente vai vivendo e aprendendo. E eu, breve, breve, vou trazer a esta Casa histórias de UTIs. Pessoas que falaram tão mal

da UTI, mas que quando precisaram, tiveram leito de UTI em Ponta Grossa, para algumas pessoas especiais. Agora, para o nosso povo mais simples não tinha. Nós vamos tratar desse assunto na sequência.

Registrar mais uma vez aqui, na presença deste seu Deputado, 100% em todas as Sessões, não faltando nenhuma Sessão. Lamentando que alguns companheiros devem estar nos gabinetes, devem estar em viagens, devem estar nas Secretarias, mas não estejam a prestigiar aquilo que é mais sagrado: o trabalho. Porque o trabalhador, quando falta um dia, perde um dia e perde o fim de semana. Lamento que alguns Deputados esqueçam que hoje, é dia de “São Pega”.

Grande Expediente:

Homenagem à Federação das Indústrias do Estado do Paraná

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não havendo oradores inscritos, no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente, a pedido da Deputada Cida Borghetti, do Deputado Mauro Moraes. Nós teremos uma homenagem à Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Com a palavra a Deputada Cida Borghetti.

Deputada Cida Borghetti (PP)

A SRA. CIDA BORGHETTI

Sr. Presidente Nelson Justus, 1º Secretário Deputado Alexandre Curi, 2ª Secretária Deputada Luciana Rafagnin, a Deputada Rosane Ferreira, que ajuda nos trabalhos da Mesa, nesta manhã.

Queridos colegas Deputados que muito nos honram com a sua presença, grandes líderes. Líder do Governo, Deputado Romanelli; Líder da Oposição; Vice-Líder Deputado Elio Rusch. Também saudar nossa colega e proponente desta justa homenagem e o Deputado Mauro Moraes. Saudar os colegas da imprensa, os funcionários da Assembléia, galerias, tribuna de honra.

De uma maneira muito especial quero saudar o meu amigo, essa pessoa sábia, esse homem arrojado, preparado para a vida e com muita competência, com muita determinação reconduzido mais uma vez a Presidência da FIEP, é você Rodrigo. Rodrigo da Rocha Loures, que nesta manhã recebe uma justa homenagem desta Casa. A Casa de todos os paranaenses. Mas, junto consigo toda a diretoria da federação, de uma maneira especial os recebemos nesta Casa.

A indústria paranaense há 63 anos conta com uma instituição forte, dedicada ao trabalho e a valorização. O Rodrigo inovou, na sua primeira administração inovou, como disse o “Dekueche”, há pouco, com a UNINDOS, com a universidade da indústria, que muito me chamou a atenção.

Na segunda-feira passada estive presente a uma solenidade da FIEP e a impressão que nos deu é que a indústria paranaense vem se reciclando. Isto é importante. E esta Casa também está se reciclando, através da escola do legislativo. É uma prioridade da nossa presidência. Parabéns, por mais este avanço, à indústria do Paraná, que gera hoje mais de 500 mil empregos.

(Lê):

“A história do Paraná com desenvolvimento e trabalho.

A expressiva votação alcançada e o comparecimento de 99% dos votantes demonstra o fortalecimento da indústria que, de forma firme e indiscutível, posicionou-se e disse qual a linha a ser seguida. O caminho é o do trabalho, de dedicação ao desenvolvimento, com propostas claras de efetivo crescimento. Uma das grandes questões da indústria é o valor agregado conferido no processo de transformação.

A tecnologia e o capital envolvidos demonstram a força desse setor produtivo.

Esta Casa presta as merecidas homenagens a esses homens e mulheres que dirigem a Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Eu vi uma mulher naquela Diretoria. E fiquei muito feliz. Daqui a pouco serão 10 ou 20, quem sabe.

Nossas congratulações à FIEP, CIEP, SESI, SENAI, IEL, enfim, a toda a inteligência que faz o crescimento do setor industrial do Paraná.

Congratulamo-nos mais uma vez com Rodrigo Rocha Loures que, com uma vida de sucesso, dispõe-se novamente a conduzir a equipe da FIEP em nova jornada.”

Que Deus possa iluminar o caminho de todos vocês e o Paraná possa ser, mais uma vez, este exemplo de estado que é, através da indústria, através da capacitação. Parabéns!

Convido nosso companheiro e colega, Deputado Mauro Moraes, que faça aqui sua homenagem. E logo a seguir, o Dr. Rodrigo fará uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedemos a palavra ao Deputado Mauro Moraes.

Deputado Mauro Moraes (PMDB)

O SR. MAURO MORAES

Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, empresários pertencentes à Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Teria que falar infindavelmente se quisesse relatar minuciosamente o que aconteceu na gestão passada, tendo a frente da FIEP o empresário Rodrigo Rocha Loures.

Quero, todavia, com palavra simples, compreensíveis, fazer um breve relato do que significa para o nosso estado do Paraná a Federação das Indústrias do nosso

estado. Empresário Rodrigo Rocha Loures, sua vitória foi realmente um marco, pela conquista na gestão passada. Ganhou com esmagadora maioria, pela sua integridade, pela sua lisura, pela sua honestidade. E é extensivo este cumprimento, em nome desta Casa e todos os demais empresários pertencentes à chapa encabeçada pelo empresário Rodrigo Rocha Loures.

Para mim, o empresário é como o artista. Assim como o escritor escreve seus maravilhosos livros, assim como o poeta faz suas belíssimas poesias, assim como o pintor pinta seus belíssimos quadros, o empresário faz negócio. E não faz só por dinheiro. Todos sabemos que todos os membros da FIEP já o tem bastante para viver confortavelmente para o resto de suas vidas, com suas famílias. Faz porque está é a arte. Assim como o pintor pinta, o escritor escreve, o poeta faz suas poesias, efetivamente nossos empresários fazem o comércio. Porque vocês também são artistas. Vocês contribuem ativamente para o desenvolvimento do estado do Paraná. Vocês contribuem ativamente para o desenvolvimento da paz e verdadeira harmonia social entre os homens. E aí de quem a vida assim não a sentir e com estes parâmetros não a cultivar! Poderá um dia até ser um professor, mas jamais será um mestre. Poderá ser um estudioso, mas nunca será um sábio. Poderá até ser um sacerdote, mas nunca será um apóstolo. Poderá ser um guerreiro, mas nunca um herói. Poderá até chegar a ser um governante, mas jamais, nunca, será um estadista. Poderá ser um empresário de sucesso, mas jamais um idealista.

Porque quando um homem transigir em questão de honra, e fé, de ideal, ele vai morrer, independente de suas posses materiais, desonesto, sem honra, sem fé, sem ideal!

Por isso, Dr. Rodrigo Rocha Loures, em meu próprio nome e em nome da minha amiga Cida Borghetti, em nome de todos os Deputados desta Casa, quero neste momento apresentar meus efusivos cumprimentos, pedindo a Deus que vocês possam continuar usando esta capacidade realizadora, esta iniciativa construtora em prol do estado do Paraná.

Que o menino Deus verifique o coração de todos vocês com suas paz e derramem suas inteligências, graças a luz, que os conduza sempre pelo bom caminho, que vai levá-los não só ao sucesso nesta terra, mas à suprema felicidade! Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência tem a honra de conceder a palavra ao Presidente da Federação das Indústrias do Paraná, Dr. Rodrigo Rocha Loures.

Dr. Rodrigo Rocha Loures - Presidente da FIEP

O SR. DR. RODRIGO ROCHA LOURES

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Nelson Justus: Exmo. Sr. Secretário, Deputado Alexandre Curi, Sra. Secretária

Rosane, demais Deputados, minha querida amiga e Deputada Cida Borghetti, meu querido amigo Mauro Moraes, acho que aqui a grande maioria dos Deputados são meus conhecidos pessoais, meus magos, pessoas a quem eu tenho o maior respeito e maior admiração, até porque enquanto empresário eu não ignoro que existe como que uma relação visceral inter-constituente - digamos assim - entre os empresários e os Parlamentares.

Nós, empresários, entendemos que a mais importante instituição pública, a mais importante instituição política é o parlamento. É assim que nos mostra a história da humanidade. O parlamento moderno surgiu daí? Ele é decorrente da Revolução Francesa, da Revolução Americana, da Revolução Inglesa. Ele é fruto do processo de desenvolvimento político da humanidade. A evolução das instituições é uma decorrência do movimento liberal, da revolução industrial, uma necessidade de novas instituições que permitissem que uma nova institucionalidade nas sociedades do século XIX, do século XVIII, para permitir o empreendedorismo, a revolução industrial, esta dinâmica da democracia.

Então, para nós empresários, a mais importante instituição é o parlamento. Agora, não é só para nós, empresário. É para todos aqueles que são democratas. E a grande maioria da população é democrata. A democracia é um valor desejado universalmente e uma instituição essencial à democracia é o legislativo.

Então, sinto-me muito honrado por esta homenagem, pela lembrança da Deputada Cida Borghetti, pelo Deputado Mauro Moraes e pelo prestigiamento de todos os demais Deputados em homenagearem à Federação das Indústrias. Mas vejo isso muito natural, porque nós nascemos como que juntos, os empresário e o parlamento, e somos mutuamente necessários uns aos outros.

A forma de fazer acontecer o progresso, a prosperidade e proporcionar um ambiente institucional apropriado para acontecer o empreendedorismo e os demais desenvolvimentos, como o educacional, o tecnológico e todos os demais desenvolvimento passa necessariamente por um processo onde as coisas são negociadas, são articuladas e o parlamento, as Assembleias Legislativas, as Câmaras dos Vereadores, a Câmara dos Deputados são indispensáveis para a sustentabilidade da civilização em que vivemos hoje. Então, estou muito confortável por isso.

Mas, tenho uma razão também de natureza afetiva, visceral. O meu filho é Deputado e isso mostra como eu pessoalmente valorizo a atividade parlamentar e tem diversos Deputados desta Assembleia que contaram com o nosso apoio, com a nossa contribuição, porque eu tenho um discurso de valorização da participação política do empresariado, e fiz questão de não ficar só no discurso, mas comprovar pelo ato e mostrar essa participação efetiva para valorizar esta instituição, porque toda modernização do país e do nosso estado passa necessariamente pela valorização da atividade parlamentar.

Então, desde logo quero dizer também que não estou expressando aqui somente a minha opinião, mas a

opinião de toda a Diretoria. Toda a Diretoria da FIEP valoriza muito, considera muito e precisa muito do legislativo, porque nós precisamos de muitas coisas que precisam ser modernizadas e para serem modernizadas, seja no Executivo ou seja no Judiciário, nós precisamos de leis e essas leis são votadas aqui nesta Casa. Então, até por uma questão de pragmatismo temos o interesse e o dever de ter uma relação de excelência com o Poder Legislativo. E vocês podem contar que nós vamos continuar com essa tradição da Federação das Indústrias e vamos até aprofundar mais isso.

Mas, tenho razões mais fortes ainda, porque o meu pai foi Deputado. O meu pai não só foi Deputado, mas quando ele tinha trinta e dois anos, ele foi até perseguido com a ameaça de ser preso e tal, porque ele era a favor da Revolução Constitucionalista de São Paulo. Então, ele queria que se instalasse o parlamento, mas Getúlio não instalava e por isso deu a revolução e ele sofreu na carne e muitos de vocês conheceram o Rui Rocha Loures, ele tinha dois anos de idade e tiveram que sair fugidos de Curitiba, o meu pai fugiu, a minha mãe com uma criança de dois anos, enfim, tem toda uma história triste envolvendo isso aí por conta da defesa desse ideal de fazer defender o parlamento. O meu avô foi Deputado, o meu bisavô foi degolado na Revolução Federalista, porque ele era a favor do movimento constitucionalista de 92, uma reação ao autoritarismo de Floriano Peixoto.

Conto esses fatos, para evidenciar a vocês que as razões que me ligam a essa importância da instituição parlamentar são muito fortes e muito profundas. Deputada Rosane, e como eu tem muitos empresários e muitos brasileiros que não compartilham disso; e nós entendemos que o nosso país, o desenvolvimento do nosso país passa necessariamente pelo fortalecimento e pela valorização das nossas instituições públicas, em especial o parlamento, ele precisa sim crescer em relação aos outros Poderes, e vocês podem contar com o apoio entusiástico dos empresários nesse processo.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Dr. Rodrigo, o senhor dirige uma entidade poderosa, mostrou prestígio, foi reeleito, as forças ocultas, que na verdade são bem visíveis, trabalharam para derrubá-lo, e o senhor teve uma vitória, foi massacrante. E provou prestígio também quando elegeu o filho Deputado Federal, sem tirar o mérito do garotão, mas a eleição que foi caracterizada assim, o pai elegeu o filho, não há demérito nenhum.

A curiosidade, Dr. Rodrigo, saber a opinião do senhor, porque naturalmente a FIEP tem estudos, eu creio que a sua assessoria toda, o IBGE divulgou que de setembro do ano passado até setembro deste ano mudaram-se para o Paraná, vieram morar aqui gente que veio de outros estados, de outros países, de um ano para cá mudaram para o Paraná 262 mil pessoas. O Paraná recebeu, de um ano para cá, 262 mil novos moradores. No entanto, de acordo com o IBGE, no mesmo período de setembro de 2006 a

setembro de 2007, 274 mil pessoas foram embora do Paraná. Vieram para cá 262 mil pessoas e 274 mil foram embora. Então, estamos num prejuízo de 12 mil paranaenses a menos, diminuiu, encurtou a nossa população.

Com essa competência, com essa entidade e com toda essa assessoria técnica que V. Exa. tem, qual é o diagnóstico, por que o Paraná está perdendo essa população? Seria problema de segurança? Seria problema de saúde? Seria falta de emprego? Seria problema na agricultura? Ao que se deve, na sua avaliação, esse achatamento da população do Paraná?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Eu quero apenas dizer ao homenageado de hoje que a interferência do Deputado Belinati, é claro, fica muito mais pela peculiaridade do próprio Deputado e a curiosidade do Deputado Belinati, é claro. Porque nós efetivamente estamos hoje, a Assembléia presta uma homenagem ao nosso amigo, e por isso a intimidade da reunião. O Rodrigo que é da Casa e usa o Grande Expediente, até porque não haveria aparte no Grande Expediente. Mas o nosso companheiro Presidente sinta-se homenageado, e claro que tem todos os argumentos para responder a curiosidade do Deputado Belinati.

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES

Eu tenho o maior apreço pelo Deputado Belinati. Eu me sinto londrinense também, tenho fazenda lá, ele sempre foi muito atencioso conosco. Bem, Deputado, eu não tenho uma análise feita sobre o assunto porque o dado é recente e eu vou ser franco contigo, eu não conversei com a minha assessoria a respeito do assunto. Eu não vejo, em princípio, um problema no fato da população do estado estar se desestabilizando. Ontem eu participei de uma reunião muito importante, foi o primeiro encontro este ano do Conselho de Ciência e Tecnologia com a presença do Presidente Lula, com todos os Ministros que têm a ver com essa questão do desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento em geral. Conselheiros do Brasil todo, uma reunião de excelente qualidade. E nessa reunião, até na qualidade de Presidente do Conselho de Política Industrial da CNI, eu passei a visão da CNI.

A visão da CNI é que nós, até por um imperativo de sobrevivência e de crescimento, temos que nos converter num país de classe mundial. Para nos convertermos num país de classe mundial nós precisamos, entre outras coisas, estar com diversas questões resolvidas, mas todas elas passam por esse desafio de tecnologia, de conhecimento, de melhor organização privada e pública, melhor interação.

Na ocasião, eu defendi que essas coisas não acontecem de uma hora para outra. Isso é um processo. Aliás, o próprio Presidente Lula falou isso. Ele até falou em criar um conselho gestor para conduzir a política nacional. Eu dei destaque à necessidade de políticas regionais e ver onde, no país, que é possível fazer com que aconteça essa visão de ter um espaço nacional de classe mun-

dial, um espaço onde haja crescimento sustentável, onde não haja pobreza, enfim, tudo aquilo que vemos acontecendo nos países mais adiantados esteja presente em algum lugar do Brasil.

Eu citei, nesse encontro, justamente por que eu vejo que o sul do Brasil, estados, regiões como a nossa, tem todas as condições para estar na vanguarda desse processo e até aprender a como fazer isso para depois isso ser disseminado por outras regiões. Eu acredito, efetivamente, que o Paraná tem essas condições, que nós temos uma boa infra-estrutura universitária, que nós temos uma boa infra-estrutura logística.

Nós temos regiões que já têm a presença de muita atividade inovadora, seja na agricultura, seja na indústria, no próprio comércio, e nós reunimos condições para fazer isso. Agora, o que nós precisamos é que o Governo Federal crie as políticas públicas e mobilize as suas agências para fazer acontecer isso que quer acontecer em regiões como a nossa e aí sim nós podemos ter no Brasil uma região como, por exemplo, o nosso estado, que seja essa porta, esse elo de conexão com o primeiro mundo, porque é por onde vamos aprender a crescer e tal, é nas relações com o primeiro mundo.

Deputado Belinati, o fato de estarmos perdendo população não é um dado, em princípio, necessariamente mal. Pode ser até que seja bom. Pode ser que estejamos ganhando tanto em produtividade na nossa economia que de alguma forma as coisas estejam caminhando bem, mas não tenho uma análise pronta sobre o assunto.

Gostaria de concluir, Presidente, transmitindo essa visão nossa. A visão nossa é que temos condições. O Paraná tem condições de estar na linha de frente desse processo de modernização do Brasil, modernização econômica, cultural, tecnológica. A Federação das Indústrias, assim como os meus companheiros da Federação da Agricultura, da OCEPAR, da FECOMÉRCIO e das demais entidades, têm o mesmo pensamento. Está aqui o Ardisson Akel, Presidente da FACIAP. O mundo empresarial tem essa clara percepção, essa convicção de que nós temos tudo para arrancarmos nesse processo. Agora, nós precisamos de um apoio institucional.

Nós precisamos que o setor público faça sua parte e temos exemplos de que o setor público está fazendo sua parte. Temos diversas agências, o funcionalismo, os técnicos, o sistema universitário. Temos um ativo muito importante, na nossa área pública, que são os nossos técnicos, que podem ser mais bem aproveitados na medida que as políticas públicas sejam mais alinhadas com esse propósito, para que haja um aprimoramento na articulação e na coordenação das diversas agências públicas, inclusive entre as agências federais, estaduais e municipais, para termos um apoio maior ao crescimento.

Este ano a indústria paranaense deve crescer, por volta de 10%. É um surto de crescimento. É muito boa essa notícia. Tivemos que aproveitar esse surto e converter em um ciclo. Se crescermos 10% ao ano, por 4 anos consecutivos, nós cresceremos quase que 60%. Mas

podemos crescer por 10 anos consecutivos, em nível industrial por 30 anos, como a China está fazendo e é perfeitamente possível, se tivermos um plano e vontade política para isso. E aí poderemos almejar, alcançar um estágio de uma região desenvolvida no Brasil, em um horizonte de 10 anos e ter no nosso país um espaço de modernidade ou estar contribuindo para um espaço de modernidade, como no Paraná. Para isso, vamos precisar do apoio da Assembléia. Os Deputados vão precisar do apoio de todas as forças vivas do estado.

Por conseguinte, fico muito feliz com essa homenagem, para podermos potencializar essas relações de respeito mútuo e cooperação estratégica que existem entre as nossas instituições.

Muito obrigado pela homenagem, Deputado Cida Borghetti, Deputado Mauro Moraes, pelo espaço. Muito obrigado a todos os Srs. Deputados do Paraná.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência, ao cumprimentar o Dr. Rodrigo Rocha Loures, quer externar os cumprimentos, inicialmente, aos Deputados Mauro Moraes e Cida Borghetti, pela homenagem muito justa e muito simples, que esta Casa presta ao Presidente e sua diretoria.

Vale dizer que a Assembléia Legislativa sempre teve um entrosamento muito grande com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná e é importantíssimo que isto ocorra com o Presidente Rodrigo, que tem um trânsito muito especial nesta Casa, pela amizade que tem com Deputados e companheiros, pelo respeito que temos pelo nosso companheiro Parlamentar, Rodrigo, que é sem dúvida nenhuma uma promessa, uma realidade e um orgulho para todos nós, paranaenses. Está de parabéns, Rodrigo. Receba o nosso permanente abraço. Você realmente merece todas as homenagens.

Como dizia o inesquecível Aníbal Khury, as homenagens, nós gostamos de recebê-las em vida. Por isso cumprimento esta Casa, por estender os cumprimentos efusivos a toda a diretoria da FIEP, que será empossada na segunda-feira. Esta Casa estará lá, seguramente, fazendo se representar em um ato tão importante.

Queremos agradecer a presença de todos, de toda a diretoria da FIEP. Desde já, Rodrigo, torcer para que juntos erremos o menos possível. Tenha a certeza de que esta Casa será sempre, como sempre foi, parceira de todas as iniciativas de verdadeiros equilibristas, que pagam impostos, que dão empregos e que contribuem efetivamente para que o Paraná seja extraordinariamente rico, em homens e mulheres capazes. Parabéns a você Rodrigo, a toda a sua equipe, e sucesso.

Suspendo da Sessão, por 3 minutos, para que posamos cumprimentar o nosso Presidente e a sua diretoria.

(Suspensa a Sessão por 3 minutos)
(Reaberta a Sessão)

Horário das Lideranças:

Passa-se ao Horário das Lideranças: PTB, PDT, Bloco PSB/PR/PRB/PV. Com a palavra o Pastor Edson Praczyk.

Liderança do Bloco PSB/PR/PRB/PV: Deputado Pastor Edson Praczyk

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores.

Apenas para fazer o registro de que está na Ordem do Dia uma proposta de resolução de nossa autoria. Embora acredite, sem falsa modéstia, que não haverá da parte de nenhum Parlamentar, nenhum óbice, mas para agregar ao conhecimento de V. Exas. das razões que insisto em que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná saia na vanguarda, seja pioneira na prática de um mecanismo de redução, de utilização de papel não reciclado, papel clorado, que é extremamente nocivo ao meio ambiente, à natureza, para que V. Exas. mais à vontade se sintam em dar o devido apoio a esta proposição.

Tenho aqui um gráfico que fala de forma bem clara das vantagens, da utilização do papel reciclado. Sabemos que existem, a grosso modo, 2 tipos de papéis, de primeira e de segunda qualidade. Inclusive, só estou falando isso, por causa do entusiasmo da Deputada Rosane.

O papel de primeira qualidade, obrigatoriamente devasta uma área de 5,3 alqueires para a fabricação do mesmo. Já um papel de segunda qualidade, um pouco inferior, uma área de 3,8 alqueires.

Quando falamos de papel reciclado, Exas., não há devastação de nenhuma área florestal. E por aí vai esse comparativo. São necessários para a produção de papel de primeira qualidade, em média 15 árvores; de segunda qualidade, 10 árvores; o papel reciclado nenhuma árvore é cortada para a fabricação do mesmo. É espantosa a qualidade de água potável que é utilizada para fazer papel: 200 mil litros são necessários para a produção de papel de primeira qualidade; já 100 mil litros de água potável são necessários para a produção de papel de segunda qualidade. É espantosa a redução da utilização dessa água quando falamos de papel reciclado: apenas 2 mil litros de água.

Energia elétrica, 7 mil e 500 quilowatts/hora para o papel de primeira qualidade; de segunda 5 mil e para o papel reciclado apenas 2 mil e 500 quilowatts/hora, uma economia assombrosa.

A poluição gerada para a produção de papel de primeira e segunda qualidade é elevada. No primeiro caso, e para a segunda qualidade, média. O papel reciclado tem como impacto de poluição uma quantidade baixa ou até mesmo nula. O mesmo no que diz respeito ao ar para o papel de primeira e segunda qualidade, respectivamente, é elevado e médio, e nula para o papel reciclado.

E a produção de resíduos sólidos urbanos chega a 2 metros cúbicos no papel de primeira qualidade, igual o de segunda qualidade, a mesma quantidade de resíduos sólidos, e o papel reciclado, uma vez que ele sempre vai retornar a esse ciclo será sempre baixa e nula.

Daí a razão, nobres Pares, senhoras e senhores, que eu novamente faço o apelo para que V. Exas. votem favoravelmente e que a Assembléia Legislativa, mais uma vez, torne-se referencial para outras Assembléias e outros Poderes em nosso território nacional.

Lembrando que no dia 4 de julho deste ano o Sr. Governador Roberto Requião sancionou uma lei que trata deste assunto também, de nossa autoria.

Era o que eu tinha a registrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Ney Leprevost, PP.

Liderança do PP: Deputado Ney Leprevost

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Nelson Justus, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Subo à tribuna hoje para trazer uma boa notícia: na manhã de ontem, o Presidente da Associação Comercial de Guaratuba, Maurício Lenzi, e o Presidente do Partido Progressista de Guaratuba, Edson Camargo, estiveram em uma Audiência que nós solicitamos através do Deputado Federal Nelson Meurer com o Ministro dos Transportes. E esta Audiência foi exatamente para tratar da questão do pedágio que o Governo Federal pretende implantar 2 quilômetros antes do município de Garuva. Na verdade, o Governo Federal irá implantar 2 pedágios na estrada que liga Curitiba a Santa Catarina. O primeiro pedágio será nas proximidades do acesso do município de Tijucas do Sul. O segundo pedágio o Governo Federal pretende implantar 2 quilômetros antes do acesso à cidade de Garuva.

Ocorre que se isto vier a acontecer, todas as pessoas que forem ao litoral do Paraná ou pelo menos à cidade de Guaratuba, no litoral do Paraná, terão que passar por 2 pedágios. Quem vai para o litoral pela Ecovia, paga apenas 1 pedágio. Quem for pela estrada de Santa Catarina, passará a pagar 2 pedágios. O único acesso terrestre à Guaratuba é através da estrada de Garuva. O outro acesso é através do ferry-boat.

Então, se o nosso litoral já está prejudicado porque alcança movimentação econômica apenas durante 2 meses do ano, quando é temporada de verão, imaginem o prejuízo que Guaratuba irá ter se formos vítimas da instalação de mais 2 pedágios, antes do acesso à Garuva.

Então, qual foi a proposta que encaminhamos a Brasília ontem, através do Presidente da Associação Comercial de Guaratuba e através do Presidente do Par-

tido Progressista de Guaratuba? Que esse segundo pedágio seja instalado após o município de Garuva, após o acesso ao município de Garuva, assim teremos a desoneração dos motoristas paranaenses e apenas os paranaenses que forem à Santa Catarina pagarão 2 pedágios. Os paranaenses que forem até Guaratuba pagarão apenas 1 pedágio para o Governo Federal.

Quero deixar muito claro que eu não sou contra o pedágio. Eu sou contra o excesso de pedágios. Eu sou contra tarifas abusivas nos pedágios. Eu sou contra este equívoco do Governo Federal que pretende onerar, não apenas a população de Guaratuba, diminuindo o seu movimento econômico e turístico, mas onerar também a população curitibana, Presidente Nelson Justus, que tem uma oportunidade de passar as férias, de viver os seus momentos de lazer em Guaratuba, mas acaba sendo prejudicado por esta idéia.

Então, quero pedir aqui, encarecidamente, nesta luta, o apoio do Presidente Nelson Justus, o político que mais trabalha e que mais trabalhou por Guaratuba em sua história, com toda certeza, foi o Deputado Nelson Justus. Não é à toa que o Nelson Justus detém o mando político de Guaratuba. Muitas obras, muitos programas sociais que foram implantados pelo atual Governo em Guarauba, chegaram até lá, Deputado Belinati, graças a intercessão do Deputado Nelson Justus.

E eu peço aqui, Deputado Nelson Justus, o seu apoio, para que o senhor se manifeste junto ao Ministério dos Transportes para que haja coerência do Ministério e para que este segundo pedágio seja após o acesso a Garuva.

Quero dizer que a reunião foi bem sucedida e que os paranaenses, guaratubanos que estiveram ontem reunidos com o Ministro, voltaram ao Paraná com uma perspectiva positiva de que o Ministério reveja a sua decisão. Parece-me que foi convencido o Ministro. Agora está sendo enviado um projeto a Brasília, e em cima desse projeto, o Ministro dos Transportes vai rever a sua posição em relação a este tema.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Quero parabenizar o nobre colega de partido, Deputado Ney Leprevost, e dizer que é exatamente pela coerência, pela sua garra, inteligência e dedicação ao mandato de Deputado, firmando-se como uma das novas e promissoras lideranças do Paraná, é que hoje há um consenso geral dentro do Partido Progressista de que V. Exa. tem assegurada a legenda do Partido Progressista, o número 11, se desejar ser candidato a Prefeito de Curitiba. Só este consenso dentro do partido já espelha bem o prestígio que V. Exa. goza, porque muitas vezes a pessoa quer pleitear um cargo eletivo e muitas vezes ela alega que está bem com a população e não está bem nem dentro de casa, nem dentro do seu partido, muitas vezes ela é rejeitada dentro da sua própria sigla partidária. E V. Exa., que tem um fã clube e tem correligionários espalhados

por todo o Paraná, está de parabéns, porque se firma cada vez mais como uma das maiores e aguerridas lideranças de Curitiba e do Paraná. Por isto que seu nome está hoje cotado dentro do nosso partido, com a legenda à sua disposição para pleitear a Prefeitura de Curitiba.

E sobre o pedágio eu estou vendo que V. Exa. está contra a abertura de filiais de pedágio, filiais. Isto brota que é uma coisa fantástica!

De parabéns V. Exa., continue batalhando, porque acho que quase todos são mesmo a favor do pedágio, mas não pedágio em excesso. Você vai daqui para Ponta Grossa, tem um pedágio que me parece está a menos que 30 quilômetros de distância um do outro. Então, por que não acopla os dois num só, até para facilitar a vida de quem está viajando? E o segundo ponto que V. Exa. coloca bem, também é o preço cobrado pelo pedágio. Parabéns, Deputado. O Paraná sempre vai poder contar com esta sua luta em favor daquilo que é justo.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Agradeço do fundo do coração as palavras do nobre Deputado Antonio Belinati e aproveito a oportunidade para estender este agradecimento ao Líder do Partido Progressista, Deputado Duflío Genari, à Deputada Cida Borghetti e ao Presidente Estadual do PP, Deputado Ricardo Barros, porque todos têm constantemente me incentivado nesta caminhada política e têm se mostrado bastante solidários com partido e com a nossa posição, aqui em Curitiba.

Muito obrigado, Deputado Belinati e agradeço ao Presidente Nelson Justus pelo apoio nesta Casa.

Antes de concluir, concedo aparte ao eminente Deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch (Democratas)

Quero cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento oportuno que faz na manhã de hoje.

Tenho conversado com algumas pessoas sobre a instalação dessas praças de pedágio e quando votamos aqui na Assembléia Legislativa e autorizamos o Governo do Estado, através da COPEL, a constituir uma outra empresa estatal para que ela pudesse se associar com outras empresas, para formar um consórcio e participar dessa licitação da instalação do pedágio, principalmente 3 trechos que vão cortar o estado do Paraná, alguém me disse, porque o Governo do Estado quando aconteceram as Audiências Públicas sobre a instalação do pedágio nessas rodovias, porque o Governo do Estado não se fez presente naquele momento e não defendeu já naquele momento, não se manifestou e não encaminhou e não teve um entendimento com o Governo Federal para que essa segunda praça de pedágio pudesse ser instalada após o trevo de Garuva.

A duplicação dessa rodovia, da 376, foi construída pelo Governo do Estado. Quer dizer, o Governo do Estado privatizou a TELEPAR, o Governo Requião, no seu 1º mandato, privatizou a parte dele, e usou os recursos para construir essa duplicação. Quer dizer, agora o

estado do Paraná vai ser penalizado economicamente, principalmente o município de Guaratuba e as nossas praias após o ferry-boat. Você indo pela 277 paga um pedágio, mas paga o segundo pedágio que é o ferry-boat. E agora vão pagar 2 pedágios para ir à praia pela BR-376.

Então, o Governo do Estado, Deputado Nelson Justus que é o representante do litoral e daquela região de Guaratuba, tenho certeza que podemos sensibilizar o Governo para transferir essa praça de pedágio para após o trevo, a exemplo do que aconteceu na rodovia das cataratas. As praças de pedágio são as mesmas, estavam em determinado local e foi mudado o local. Isso aconteceu já nos pedágios instalados no estado do Paraná. Por que não pode acontecer agora? Mas o Governo do Estado também tem que entrar nesta luta.

Parabéns a V. Exa.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Obrigado, Deputado Elio Rusch. O senhor tem toda a razão. Aliás, em relação à postura do Governo do Paraná sobre pedágios, a única declaração que eu posso fazer aqui é que há muito mais entre o céu e a terra do que imagina a nossa vã filosofia. É um mistério a maneira como o Governo se comporta com relação aos pedágios.

Muito obrigado.

Quero apenas registrar a presença do Rogério Afonso, Diretor da Rádio Transamérica FM, Transamérica Pop e Transamérica Light. Tenho prazer de apresentar o magnata das rádios.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apenas para contribuir com o discurso de V. Exa., Deputado Ney Leprevost, é importante que haja essa somatória de esforços, mas efetivamente já há um entendimento do Ministério dos Transportes, com a Secretaria dos Transportes, para que o pedágio fique 3 quilômetros mais para frente. É importantíssimo que isso ocorra. Realmente não caberia a penalização para um município passar por duas praças para chegar até lá.

Já há esse entendimento, inclusive no próprio edital, a praça será colocada um pouco mais para frente. Beneficia assim município de Garuva, porque os municípios em torno recebem um percentual da concessionária. Nós sabemos disso, mas é importantíssimo que estejamos atentos para que não se penalize mais o litoral que tem um crédito muito grande com todos os Governos. Muito grande.

Mas parabéns pelo pronunciamento de V. Exas.

Bloco PPS/PMN, Democratas.

(Declinam).

Pela ordem, Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

É uma pena que, de fato, o pedágio, esse pedágio que o Deputado Ney Leprevost se referenciou - estava no gabinete e escutando - é importante mesmo e deveria custar no mínimo R\$ 10,90, que é o quanto nós temos que

pagar aqui, para a Ecovia, para descer para nosso litoral. Ter um pedágio para Santa Catarina vai mudar muito a realidade das nossas praias. O paranaense vai valorizar muito o nosso litoral.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PT, PSDB, PMDB, Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

(Declinam)

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de resolução, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 610/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais de Guaiporã - APROGUA, distrito de Guaiporã, com sede no município de Cafezal do Sul e foro na comarca de Iporã. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 610/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais de Guaiporã, com sede no município de Cafezal do Sul e foro no município de Iporã.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02.10.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 332/07, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública estadual a Rede de Mulheres Negras do Paraná, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)
Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)
Chamada nominal, Sr. Presidente.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)
(**Procede à chamada nominal**)
(**Inicia a segunda chamada nominal**)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, é evidente que já há número suficiente para que se possa interromper a votação e prosseguirmos com a Ordem do Dia, até porque temos requerimentos que podem ser votados. É importante que estas mensagens possam estar na Ordem do Dia da semana que vem, da Comissão de Justiça, e se elas não entrarem, certamente teremos um atraso na apreciação, especialmente a mensagem que refere-se a investimentos do Fundo do Paraná, TECPAR, para podermos avançar no desenvolvimento científico, especialmente da imunobiologia.

Então, queria solicitar a V. Exa. que pudesse dar continuidade à Sessão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)
Sr. Presidente, eu fui autor do pedido. Só para retirar a chamada, porque pelas minhas contas já tem 28 Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Suspendo a chamada nominal.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)
Sr. Presidente, apenas para cumprir, o Deputado Praczyk pediu verificação de votação do item 1º da pauta. E o Deputado Jocelito Canto pediu a chamada nominal. Se ele vai retirar a verificação de votação, aí tudo bem; se não, tem que se fazer a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Consulto ao Deputado Praczyk se ele suspende também o pedido de chamada nominal.

(**Declina**)

Obrigado agradeço.

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 540/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, que declara de utilidade pública a Associação Maringaense de Saúde Mental, com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada emenda da CCJ.**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 525/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Atleta Vanderlei Cordeiro de Lima. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 663/07, de autoria do Deputado Duílio Genari, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Exmo. Sr. Luiz Donaduzzi. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 074/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública estadual o Grêmio Estudantil Cidade Nova - GECINO, com sede e foro no município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 005/07, de 05/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 074/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, declara de utilidade pública o Grêmio Estudantil Cidade Nova - GECINO, com sede e foro no município de Campo Mourão.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 693/07, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que veta a instalação de procedimento administrativo baseado em declarações, denúncias ou quaisquer outros expedientes anônimos, no âmbito dos três Poderes. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ (Publ. no DA nº 114/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 693/07

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ademar Traiano, veda a instauração de procedimento administrativo baseado em declarações, denúncias ou quaisquer outros expedientes anônimos, no âmbito dos três Poderes.

É legítima a iniciativa legislativa por parte da Assembléia Legislativa, de acordo com o que preceitua a Constituição Federal, no seu artigo 5º inciso IV, e V:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Vou encaminhar a solicitação, como é um projeto recente, para que adiemos este projeto por 3 ou 5 Sessões, para que possamos fazer um debate a respeito, como é bastante polêmico.

Como o autor não está presente à votação, solicita à Mesa se é possível encaminhar a solicitação, para que

possamos adia-lo por 5 Sessões e possamos votá-lo na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. pode encaminhar o projeto e pode, também, requerer que seja adiado e eu colocarei em votação.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Estou requerendo que seja adiado por 5 Sessões.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, o requerimento - desculpe, o nobre Deputado sabe - tem que estar na Mesa no momento da votação, por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sem dúvida nenhuma. Eu imagino que já tenha.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Não tem por escrito, até porque muitos dos requerimentos feitos aqui são feitos verbalmente e posteriormente encaminhados à Mesa. É praxe ao poder de entendimento da Mesa em deliberar pelo acatamento ou não, mas é comum que isto seja feito e não sei se a regra será ou não seguida.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito a V. Exa. que faça o requerimento. Nós votaremos o requerimento de V. Exa. e depois V. Exa. apresenta o requerimento.

Solicito aos Srs. Deputados atenção ao item 7º, 1ª discussão do Projeto de Lei nº 693/07, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que veta a instalação de procedimento administrativo, baseado em declarações, denúncias ou qualquer outros expedientes anônimos, no âmbito dos três Poderes.

Requerimento nº 2970, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente, solicitando o adiamento de votação por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 693/07. **Rejeitado.**

Os Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Tadeu Veneri, adiando por 5 Sessões, permaneçam como estão. Está **rejeitado** o requerimento.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Será procedida a verificação de votação. Srs. Deputados que forem favoráveis ao requerimento, queiram levantar-se. Cinco Deputados.

Os Deputados contrários ao requerimento, queiram levantar-se. Está **rejeitado** o requerimento.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente e Srs. Deputados, por que solicito para encaminhar este processo, este projeto?

Primeiro, porque este projeto foi aprovado na CCJ há 48 horas, o que não impede que ele venha a Plenário e não estou questionando isso, mas por ser um projeto aprovado na CCJ há 48 horas, estar na pauta no dia de hoje e ser um projeto extremamente polêmico, parece-me necessário que façamos um debate mais aprofundado, afinal não é um projeto qualquer, não é um projeto de Cidadão Honorário, não é título honorífico e não é um projeto que foi debatido durante um certo tempo. É um projeto que prevê a proibição e considera nulos todos os processos administrativos em curso - e é nesse sentido que acho que está a gravidade do projeto - baseados em denúncias não identificadas, o que não pode ser confundido com denúncias anônimas de forma genérica. Por quê?

Porque há pessoas que podem ir ao Ministério Público, fazer as denúncias e não querer, por razões inclusive de segurança pessoal, ser identificadas, e esse processo é feita a investigação a partir dessas denúncias. Se é comprovado que essas denúncias têm procedimento e têm alguma base de sustentação, obviamente que o inquérito é aberto e a pessoa inclusive é chamada posteriormente e assim se procede também com todos os processos administrativos no âmbito do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário. E o que está se fazendo?

Estamos votando um projeto aqui que, se for aprovado, todos os processos administrativos em curso hoje, por exemplo no Ministério Público, estão suspensos, desde que tenham suas origens em denúncias anônimas.

Isso é um absurdo que estamos votando! Não sabemos quantos são! Estamos retirando do Ministério Público, do Legislativo, do Judiciário e do Executivo a condição de fazer linhas de investigações a partir de determinados processos que são feitos e que sabemos que se a pessoa for identificada, inclusive não só será punida por ser identificada - todos aqui sabem como isso acontece - como todos os processos são nulos!

Não entendo exatamente se alguém aqui sabe quantos processos estão em curso hoje, se há processos em curso no Judiciário, no Executivo, no Legislativo e no Ministério Público, mas com certeza se há processos baseados nesse tipo de informação, pelo projeto aqui eles terão que ser arquivados, mesmo aqueles que já se comprovaram as denúncias tendo embasamento, sendo verificada a veracidade dessas denúncias.

Então, não entendo, Sr. Presidente, como a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná pretende dizer ao Ministério Público - porque o projeto é genérico, é geral, porque não especifica, por exemplo, se estão fora desse projeto o Ministério Público, o Tribunal de Contas, não! Ele fala geral, e se fala de forma geral, obviamente pressupõe que o Ministério Público também esteja e deixa lacunas para que sejam questionados inclusive o Disque-

Denúncia, inclusive as denúncias, porque ali fala: "Não é matéria penal". Não está explicitado, peguem o projeto e os senhores vão ver que não está explicitado. Mais ainda: a matéria que é regulamentada no Estatuto dos Servidores Públicos, na Lei nº 6174 de 1970, no capítulo que trata do processo administrativo, no artigo 306: autoridade que tiver ciência, notícia de irregularidade do serviço público estadual, ou de faltas funcionais, é obrigado, sob pena de tornar-se co-responsável, a promover de imediato a sua apuração. Ela não precisa de uma denúncia com carteira de identidade, CPF, com endereço do denunciante, não é preciso isso. E nós estamos querendo coibir esse mecanismo.

Segundo: na administração pública se aplica o princípio da legalidade em sentido estrito ou seja, os agentes públicos, Srs. Deputados, têm o dever de agir em estrita obediência à lei em favor do interesse público. Assim, a partir do conhecimento de conduta ilegal, deve-se instalar processo administrativo de imediato, inclusive de ofício, garantindo o contraditório e a ampla defesa quando instalado o processo.

A denúncia anônima de prática de ilegalidade no serviço público colabora com uso de recursos públicos, bom uso para, de fato, atingir o infrator da lei. O veto constitucional ao anonimato, artigo 4º da Constituição Federal, se refere em pedir abuso do exercício de liberdade e manifestação do pensamento; diferente da obrigação do estado de apurar atos eventualmente lesivos ao interesse público. Por isso a necessidade de investigação das condutas funcionais se tiverem notícia, não importando a origem da notícia.

Ora, o que nós queremos votar aqui? Que se eu for servente de limpeza de um determinado Poder, lá da SANEPAR por exemplo, e souber que há alguma irregularidade sendo praticada por um Diretor, eu, servente de limpeza, tenho que ir ao Ministério Público dizer: está aqui o meu RG, o meu CPF, meu endereço, estou denunciando. Os senhores sabem o que vai acontecer meia hora depois? Essas pessoas estarão sendo punidas por estarem fazendo um trabalho em benefício do estado. Como é que nós podemos concordar com isso? Como é que a Assembleia Legislativa pode?

Por isso que eu pedi 5 Sessões, Sr. Presidente. Como é que a Assembleia, sem discutir o assunto, discutindo em 48 horas, colocar em votação um processo que toda a sociedade irá ficar em dúvida sobre qual o motivo real de votarmos um projeto como esse? Pode ser que haja denúncia. O Deputado Jocelito Canto, por diversas vezes, fez uso desta tribuna com considerações extremamente pertinentes, pode ser que haja denúncias contra esse Deputado? Pode, claro que pode! Pode ser que ela seja anônima? Pode, claro que pode! E se essa denúncia se materializar num processo administrativo eu vou ser chamado, sem dúvida nenhuma, mas essa denúncia não será colocada à público enquanto não se materializar. Agora, eu não posso impedir que a pessoa vá lá e fale: "Olha, o Deputado Tadeu Veneri está fazendo isso, isso e

isso, e eu acho que é irregular”. Não posso impedir isso. Ao fazer isso eu estou inibindo o estado, Deputado Bertoldi, nós que fomos Vereadores sabemos que muitas vezes as coisas chegam até nós; não chegam com a identidade, com o CPF, com a fotografia da pessoa. Quem esteve em CPI aqui sabe como as coisas funcionam.

Eu fico até preocupado, Sr. Presidente, porque sabemos da sua preocupação com a Casa, da preocupação que os Deputados têm com a Casa, mas não podemos votar um projeto que cria um mecanismo, e hoje o Secretário da Segurança Pública está nos jornais, inclusive questionando se, de fato, transformamos isso em lei, se há condições, por exemplo, de se manter os números de telefones que denunciam tortura, que denunciam traficantes, que denunciam roubo, que denunciam seqüestro de criança. Não está explicitado no projeto, qualquer pessoa pode recorrer, alegando inclusive que há uma lei estadual que proíbe. Aí vamos discutir isso juridicamente e vai levar 10 anos. Não queremos proteger esse tipo de pessoa e nem esse tipo de denúncia, mas temos que deixar isso explicitado. Se não estiver explicitado e houver lá, o Sr. Abadia for denunciado e o Ministério Público, através da sua Promotoria de Investigações Criminais, proceder a investigação e ela não for autorizada, ou seja, ela não tiver origem, poderá essa pessoa alegar o seguinte: “Não, esse processo é nulo porque ele não tem origem na denúncia!” Meu Deus do céu, como é que nós podemos não explicitar isso no projeto de lei, Srs. Deputados?

Eu faço um apelo, Sr. Presidente. Sei que já passou e que, infelizmente, eu não tenha encaminhado de forma correta, no início, mas não é possível que votemos um projeto assim. Sei que este projeto não está sendo votado para ser derrotado, não é isso. Até corretamente foi pedida verificação de votação e há outros projetos também, do Deputado Praczyk, inclusive o próximo projeto é dele, um projeto importante, mas temos a preocupação - conversei com o Deputado Praczyk aqui - de que votemos algo que se transforme num grande instrumento de impunidade. Essa reflexão tem que ser feita. Não acho que seja esse o objetivo do autor do projeto, mas como o projeto veio materializado desta forma, desta maneira, permite que aqueles que se sentirem de alguma forma atingidos, recorram ao Judiciário por meio da lei.

A lei não olha se é João, se é Maria, se é Pedro, a lei simplesmente é interpretada. O judiciário terá que interpretar a lei à luz da legislação e a legislação diz que as denúncias anônimas não podem ser atacadas e todos os processos são nulos.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores tomou uma decisão de votar contrário a este projeto, mas, mais do que isso, precisamos ter um entendimento aqui para que não seja votado deste jeito, Sr. Presidente. Faça este apelo aos Srs. Deputados.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores, imprensa.

Quero, inicialmente, fazer o registro da razão do Bloco Independente, com exceção da Deputada Rosane, ter dado apoio a esta proposição. Ficou acordado entre nós do Bloco Suprapartidário - o Bloco Independente - de que concordaríamos em dar esse apoio, porque na segunda discussão, no momento em que o Parlamentar tem a prerrogativa de emendar o projeto, inclusive até incumbimos ao Deputado Reni Pereira, que é Líder o do nosso bloco, de fazer uma emenda que deixasse bem claro que a denúncia deveria ser nos moldes em que a pessoa forneceria todos esses dados. Essa pessoa ficaria resguardada da sua denúncia anônima, esses dados permaneceriam sob a responsabilidade do sigilo do órgão que recebeu a denúncia para que, posteriormente, se a denúncia fosse infundada, aí sim teria a quem responsabilizar.

Então, faço a ressalva de que, por sentir-se desconfortável, a Deputada Rosane preferiu se abster do apoio, com a aquiescência de todos os membros do Bloco Suprapartidário, ela não assinou o apoio, os demais sim.

A segunda observação que faço, até utilizando-me de um jargão popular que costuma dizer que “o dono do defunto pega na cabeça”, ou seja, o proponente, o Deputado Ademar Traiano, deveria, no mínimo, estar aqui, que foi uma das questões que deixamos bem claro, para ter o apoio do Bloco Independente. Agora sabe-se, ninguém é criança, do quão polêmico é este projeto, quão polêmica é esta matéria e ele não se encontra presente, como bem outros que nos motivaram a dar o apoio, o que torna difícil mantermos a nossa parte de apoiar esta proposição.

Quando falamos de denúncia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não querendo ser melhor ou pior do que nenhum dos Parlamentares que aqui estão, eu sou expert em assunto de denúncia. Sou Pastor de uma igreja extremamente polêmica, que vive sendo denunciada, infundada e covardemente, muitas vezes, como fui vítima de uma denúncia infundada e covarde, da pessoa do Governador, que até hoje ainda me pesa o incômodo de ter que ficar esclarecendo determinadas coisas que foram ditas e que ecoaram muito negativamente contra este Parlamentar. Então, eu sei o efeito de uma denúncia, sei o rombo que faz na vida de um cidadão.

Penso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que ficaria de bom tamanho se houvesse consenso da parte dos Parlamentares, de todos, de postergar pelo menos para segunda-feira essa proposição, para que todos estivessem aqui “dando a cara para bater” e mostrando o seu posicionamento.

Eu, particularmente, mediante essa situação, acompanhando a minha companheira, encaminho contrário também a essa votação, por julgar que se deveria, no mínimo, se ter a maioria aqui, mas a maioria dos Parlamentares defende essa proposta de lei.

Ressalvo, para finalizar a minha fala, que o Bloco Independente apresentará uma emenda que resguardará o denunciante, mantendo em um pseudo-anonimato. Mas esses dados têm que ficar à disposição do órgão que recebeu a denúncia, para que não faça, como costumeiramente se faz, se denuncie a torto e a direito, se jogue isso na imprensa, se esculhambe a vida da pessoa, seja ela quem for, e depois ninguém é responsável por essa denúncia infundada, como inúmeras vezes aconteceu com este Parlamentar.

O encaminhamento que faço, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é pela rejeição da proposta.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, sei que votamos o requerimento de adiamento, mas é óbvio que esta Sessão não poderia cair, porque temos requerimentos em regime de urgência que necessitariam ser votados por esta Casa. Vários Parlamentares que tinham viagem marcada para o interior acabaram deixando a Sessão. Temos que reconhecer isso, por conta da questão do horário.

Por outro lado, Presidente, acredito no seguinte: as afirmações feitas pelo Deputado Tadeu Veneri - infelizmente, quem prestou as informações a ele, prestou-as de forma completamente equivocada. Digo isso porque não sou autor do projeto - o autor é o nobre Deputado Ademir Traiano, que é Líder do PSDB e hoje não está aqui nesta Sessão, para poder oferecer publicamente os fundamentos em relação a um projeto, que se diga de passagem, eu estava vendo, foi assinado, na minha avaliação, pela quase totalidade dos membros desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quarenta e seis Srs. Deputados.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Poucas vezes eu vi tanto apoio em um projeto de lei.

Algumas coisas que ouvi do Deputado Tadeu Veneri, que relata que foi o próprio Secretário Delazari que teria afirmado, ambos não leram o projeto, nem o Deputado Tadeu Veneri e nem o Secretário Delazari, porque qualquer pessoa que minimamente tenha estudado - não precisa ser formado em Direito - vai verificar que essa lei trata específica e exclusivamente de matéria de procedimento administrativo. Em nenhum momento essa lei vai interferir em qualquer serviço que esteja na esfera penal. Absolutamente nada e nem poderia, porque isso é de competência exclusiva do poder de legislar, ou o originário, que é a nossa Constituição, derivado por emenda constitucional ou por legislação federal. Não podemos

tratar de matéria penal no estado do Paraná. Algumas emendas, inclusive, outro dia uma foi rejeitada porque tratava justamente de matéria penal aqui nesta Casa, na questão do pedágio.

Então, essa lei não trata absolutamente de nada e nem poderia tratar. E mais, algumas questões que estão sendo ditas como uma forma de impedir que se faça, que se proceda às investigações, olha quero dizer o seguinte: o Ministério Público não precisa de denúncia, seja ela anônima ou não, para agir. É a função do Ministério Público agir, tendo ouvido falar. Não precisa ter denúncia nenhuma.

Na verdade, estamos criando um cavalo de batalha sobre esse tema, como se estivesse aqui tentando restringir a ação do Ministério Público e é isso que vi aqui no foco do argumento do Deputado Tadeu Veneri. E não é, porque quem conhece a administração pública sabe o seguinte: temos um problema grave hoje. Vou dar um exemplo: as chefias e núcleos de educação hoje, quase não conseguem trabalhar por causa das disputas, professor com Diretor, com Vice-Diretor, com cantineira. Há denúncias anônimas, instaura-se sindicâncias, cria-se na verdade uma indústria de denúncias anônimas no seio da administração pública. Coisas muito pequenas, do ponto de vista da gestão, que infelizmente acaba muitas vezes, gente capacitada estar trabalhando, e não está. Estou citando esse exemplo porque conheço, não estudei a matéria, Deputado Péricles, mas V. Exa. foi Prefeito em Ponta Grossa, sabe muito bem do que estou falando, no âmbito da administração pública, como se processa.

Se a lei pode e deve ser aprimorada? Claro que pode! Tem que ser discutida? Tem, é claro! O Parlamento tem esse debate para ser feito. Não só sobre essa lei, mas com qualquer outra. Não podemos ser obscurantistas, não podemos ter temas aqui que são proibidos, também não podemos aqui criar um factóide e dizer que tem uma lei aqui que quer acabar com o serviço 181, que vai prender narcotraficante ou que vai impedir a ação policial.

Sinceramente, é ridícula, na verdade, esse tipo de afirmação que é feita, seja pelos jornais ou na forma com que o Deputado Tadeu Veneri expressou. Mas, aí reputo a ele, que claro, foi induzido a erro por alguém. Explicou em tema que na verdade não é. A lei pode ser mais garantista em relação a esses temas? Pode! A lei pode ser aperfeiçoada, aprovada, rejeitada. O que não podemos fazer é deixar de debater, é de ter coragem de enfrentar os temas, aprofundar a discussão e criar, de fato, na esfera deste Poder, a capacidade de formular leis que possam melhorar a gestão pública. Agora, fazer isso com muita responsabilidade.

Por isso, quero dizer a V. Exa., estou encaminhando e penso até que votamos o requerimento, mas estou convencido, Sr. Presidente, que a Mesa podia avaliar o seguinte: podíamos talvez seguir a Sessão e transferir especificamente esse item para segunda-feira, com a presença do autor, para se fazer um debate mais aprofundado sobre este tema. Acho que é muito importante isso

porque certamente vai se desfazer esses equívocos que estão sendo construídos a partir de má informação, pela falta de leitura da lei que está sendo votada aqui nesta Casa.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Apenas para esclarecer, Sr. Presidente, acho que o Deputado Romanelli foi infeliz quando disse que não lemos projeto. Eu li o projeto. Daí a preocupação de fazer o debate. E mais ainda, o Deputado Romanelli deve ter lido que o artigo 3º do projeto é claro: *Os procedimentos administrativos que estejam em curso e que não contêm os requisitos ora estabelecidos, deverão ser arquivados.* Quem está dizendo isso não é este Deputado, quem está dizendo que esses problemas ocorrem e que estão em todos os jornais hoje, não é só o Secretário, que está aqui. Se leu ou não leu, não posso falar por ele, mas um especialista na área de Direito, é o Ministério Público e várias pessoas que têm mostrado essa preocupação.

Não podemos partir do princípio que fazemos afirmações sem ler. Todos os projetos que estamos debatendo nós lemos. Eu acho que li, entendi e justamente por isto usei a tribuna para dizer que sou contra este projeto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Por isso que estou dizendo que a lei pode ser aprimorada, Deputado.

Quando eu digo que a lei pode e deve ser, eu discutia com o Deputado Luizão justamente isto, que no mérito a lei pode ser, sim, trabalhada e tem algumas questões que eu também acho que devemos mudar aqui nesta lei. Agora, que a lei é interessante do ponto de vista de iniciar um debate, ela é muito interessante sim.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, só lamento, Sr. Presidente, que o autor da lei não esteja no plenário. Ridículo discutir uma lei quando o autor não está no plenário. Isto é uma falta de respeito com todo mundo aqui. Alguém propõe uma lei e daí não vem discutir a sua lei? Não deveria nem ser votado, nem estar na Ordem do Dia. Isto é muito triste, você vai discutir uma lei sendo que o autor da lei, que poderia tirar todas as dúvidas, dúvidas do Pastor Edson, dúvidas do Professor Luizão, dúvidas apresentadas aqui até pelo Deputado Romanelli, pelo Deputado Tadeu Veneri, mas o autor não está na Casa, está nas suas bases. Mas espera aí, como é que vamos discutir um assunto se o principal autor não está aqui? Então não tem o que discutir!

E, Sr. Presidente, precisamos parar de colocar na Ordem do Dia, com todo o respeito a V. Exa. e à Mesa Executiva, voltar àquele velho acordo atrás - vamos reformular agora no nosso Regimento - quando não estiver presente o autor, não tem que votar projeto de ninguém!

O autor não está, não pode ficar discutindo o assunto! Tem que, automaticamente cair aquele projeto e ir para uma próxima Sessão, porque não é justo discutirmos. E se precisar saber de algum dado do autor, cadê o autor? Ainda está o autor? Não, ele foi para as bases! Às bases pode ir na sexta, pode ir no sábado, pode ir no domingo. Ou vamos fazer o seguinte: vamos terminar com as Sessões de quinta-feira. Vamos fazer quarta-feira uma à noite e acabou. O que não pode é não ter quórum aqui. Aí os Deputados que comparecem aqui são levados pela imprensa, a imprensa não coloca lá: "Faltou o fulano, o sicrano" Ele coloca lá: "Não deu quórum". Quando não dá quórum, todo mundo é preguiçoso, todo mundo não veio trabalhar.

Então, eu acho, Sr. Presidente, que ou nós transferimos esta Sessão para quarta-feira à tarde, duas Sessões, ou quinta-feira temos que ter mais zelo aqui, porque eu já falei aqui: quando o trabalhador falta um dia, é descontado, e o Deputado quando falta, já temos a pecha que ganhamos muito, o Deputado ganha bastante e faz pouco. Então, é importante que os Deputados venham para o plenário. Lugar do plenário é sagrado, é hora de discutir, cada um tem uma opinião, cada um dá uma idéia e aí melhoram os projetos.

Agora, a questão do projeto, tenho algumas preocupações a favor e contra. Por exemplo: recebi uma denúncia que eu estou investigando, uma denúncia muito cabeluda, mas muito cabeluda. Eu recebi uma denúncia que eu podia colocar no rádio, abrir o microfone e dizer: está aqui uma denúncia de que na região dos campos gerais - não é dos canos, os canos já falei, dos canos já coloquei que tenho documentos e eu gosto sempre de colocar com documentos, dos canos vamos achar já quem roubou os canos - mas eu recebi uma denúncia que numa campanha política, Deputado Alexandre Curi, numa campanha política um candidato - estou investigando isto ainda para ver se é verdade - um candidato teria pago R\$ 100 mil, senhores, prestem atenção, teria pago, Sr. Presidente, R\$ 100 mil para um outro político - isto é uma denúncia que recebi, muito grave até por sinal - um candidato teria recebido, teria pago R\$ 100 mil para um outro político.

Dinheiro de onde? Não sei, está lá. E quem recebeu o dinheiro é um daqueles falsos moralistas, Sr. Presidente, um daqueles falsos moralistas, e é sobre o tema, é denúncia. Só que contar uma parábola aqui para o senhor, eu estou na denúncia, é uma denúncia que eu recebi, que um certo candidato foi procurado por um falso moralista que adora fazer discurso e pedir R\$ 100 mil para ele apoiar, é um político, e agora quer cobrar, porque o outro soube - eu estou investigando ainda, Sr. Presidente - o outro não teve como pagar, o outro não pode pagar, teve dificuldade em pagar os R\$ 100 mil, está com dificuldade de pagar, até porque 100 mil é bastante dinheiro, está com dificuldade do outro pagar, mas o falso moralista, Sr. Presidente, ninguém é santinho aqui não, mas o falso moralista quer cobrar agora o outro que não tem dinheiro

para pagar e colocou um laranja para cobrar, tem um laranja cobrando.

E aí que estou buscando a investigação que não quero falar antes, Sr. Presidente, por causa da denúncia. É denúncia anônima, então tem que pensar nesta coisa de denúncia anônima, porque o falso moralista, metido a denunciar todo mundo, que todo mundo é ladrão o falso moralista pagou 100 paus. Não recebeu ainda, está tentando receber, mas colocou um laranjinha para buscar o dinheiro, Sr. Presidente. Isto é anônimo? Não, é daqueles falsos moralistas que, inclusive, adora andar de óculos escuros. Sabe aqueles falsos moralistas que adoram andar de óculos escuros? Tem por aí, todos os lugares tem, R\$ 100 mil. É uma denúncia.

Então, precisamos tratar esta questão da denúncia, Sr. Presidente, com muita cautela.

Por isso, no tema que estou tratando e me sobram 3 minutos ainda, quero dizer que é preciso analisar bem, porque denunciar os outros é muito fácil.

Mas daí a questão dos R\$ 100 mil é bem complicada. E eu fico me lembrando da hora, há tempos atrás até um desses falsos moralistas disse que eu deveria ser cassado, porque eu dei R\$ 100 mil para a Santa Casa, para salvar vidas. Dei 100 mil para a Santa Casa...

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB) (Questão de Ordem)

Quero saber quem é?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu não sei. É denúncia, estou falando de denúncia, Deputado Stephanes, denúncia, Deputado, denúncia anônima que chega, eu sou um poço de denúncia, eu sou um radialista que vive na massa todo dia, estou abraçado com o povo, o povo me conta. E um desses falsos moralistas disse para mim: "Olha, o senhor deveria ser cassado, porque deu 100 mil para Santa Casa". Aí eu recebo a denúncia anônima que o cara pediu 100, o outro está sofrendo e o outro é de palavra, com dificuldade, mas tem palavra, é aquele que está devendo, mas não nega a conta. Agora está com dificuldades de pagar, mas acho que ele ainda vai pagar, e quando ele pagar a falsa denúncia anônima vai se tornar verdadeira e aí poderemos responder ao Deputado Stephanes.

Por isto que estou meio confuso, Sr. Presidente. Não sei se vou ou fico e por isto que eu reclamo a presença do autor aqui, que poderia me ajudar. Então, na dúvida eu não sei se corro - se correr o bicho pega, se ficar o bicho come.

Espero que se transfira para segunda-feira para termos mais detalhes desta questão, Sr. Presidente.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Acho que foi um erro não termos adiado este projeto por umas 5 Sessões que evitaríamos várias

conversas desnecessárias, mas devo dizer que o projeto teve um amplo apoio, provavelmente pelas denúncias vazias que muitas vezes acontecem, vários Deputados já foram vítimas das denúncias, muitas vezes infundadas, que denigrem, maculam a imagem, só por disputa política.

O que o Deputado Romanelli falou aqui, falou com razão. Os núcleos da Secretaria da Educação recebem diariamente dezenas de denúncias vindas sabe lá de onde, pretendendo atingir esse ou aquele administrador de escola, esse ou aquele professor, pedagogo. Então evidente que existe aí um clamor de botar um limite nas denúncias vazias, nas denúncias infundadas. Mas também não podemos inibir totalmente a possibilidade de denúncia e acredito que devemos exigir mais responsabilidade de quem comanda o procedimento administrativo, porque muitas vezes existem procedimentos administrativos que não estão fundados nem em denúncias, é uma vontade própria de prejudicar alguém.

O projeto é polêmico. O Deputado Tadeu citou o Estatuto dos Servidores Públicos, que diz no artigo 306 que a autoridade que tiver ciência ou notícia de irregularidade no serviço público estadual ou de faltas funcionais é obrigado, sob pena de se tornar co-responsável, a promover de imediato a sua apuração. Artigo 306 da Lei nº 6174, de 1970.

Então, a Bancada do PT tomou uma decisão: não apoiou, não subscreveu o projeto e tomou a decisão de não apoiar o projeto na forma que está. Acho que se tivéssemos mais tempo para fazer a 1ª discussão do projeto, poderíamos encontrar um meio termo que evitasse os extremos, mas no momento encaminho nesse sentido de voto contrário ao projeto, na forma que está. Se tivéssemos adiado, poderíamos ter um acordo na semana que vem, mas como o projeto foi mantido na pauta, encaminho contrariamente a esse projeto e declaro que esta é a vontade da Bancada do PT.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, acredito que seja um erro a Assembleia votar um projeto sem o seu autor presente, mesmo porque a Bancada do PPS irá discutir ainda mais esse projeto, vamos apresentar algumas emendas na 2ª discussão.

Gostaria de dar um alento ao Deputado Tadeu Veneri, porque esse projeto não pode entrar na esfera judiciária, ele fala apenas em procedimentos administrativos, porque existe uma lei federal, a Lei nº 8429, que fala sobre os procedimentos de instauração de inquérito, procedimentos através do Ministério Público, fala sobre a Lei da Improbidade Administrativa. Eu mesmo, há duas semanas atrás, entrei no Ministério Público com uma ação contra a Secretaria da Comunicação Social e, por obrigação legal, tive que me identificar e apresentar todos os documentos, porque eles não recebem denúncias anônimas.

Então, na 2ª discussão desse projeto, o PPS, estaremos enviando emendas para coibir abusos que essa lei pode apresentar. Mas podemos deixar bem claro: a lei não interfere no Poder Judiciário. Não temos competência inclusive para atuar neste setor.

Era isso que gostaria de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência, antes de colocar o projeto novamente em votação, quero esclarecer algumas questões que foram colocadas aqui pelos oradores que ocuparam a tribuna. Deixar a coisa bem clara.

Primeiro, esse projeto tem o apoio de 46 dos Srs. Deputados. Posteriormente, esse projeto passa pela CCJ. V. Exas. têm aí parecer do Relator Deputado Luiz Carlos Martins, favorável. Portanto o projeto é considerado constitucional. Daí vem a Plenário.

“Ah, deveria ser melhor discutido.”

Ora, estamos discutindo o projeto aqui, hoje. Ele vai à 2ª discussão, apresentam-se emendas e ele será discutido novamente.

O que eu não posso e não vou - é uma questão pessoal minha, agora - a presidência já tomou essa atitude, porque antes de tomar essa atitude nós reunimos todos os Líderes no meu gabinete. Vamos continuar com as Sessões de quinta-feira? Vamos. Pois então vai ter Sessão quinta-feira. Se o tema é polêmico demais para quinta-feira, para sexta-feira, para segunda-feira ou para terça-feira, não sou eu que vou decidir.

Ora, está pronto! O projeto tem todas as condições de ser votado. O que eu posso fazer? O projeto passou pelas comissões, é constitucional, vem para o plenário. Reuni toda as lideranças para dividir a responsabilidade.

Eu, pessoalmente, também acho um absurdo que o autor do projeto não esteja aqui para encaminhar o projeto.

Agora, não posso, Deputado Jocelito Canto, quando falo a pauta - e a pauta é feita um dia antes - saber se o proponente vai estar aqui no dia ou não vai estar, até porque nem bebendo a água de Ponta Grossa eu consigo adivinhar essas coisas! Eu não posso fazer isso. Então, tenho que colocar o projeto na pauta.

O tema é polêmico, não há quórum para votarmos esse projeto. Já são 12h30min, alguns já se ausentaram. Se houver um acordo das lideranças eu proponho que nos reunamos para que se transfira. Mas não vou deixar de votar os outros temas da pauta, nem os requerimentos, por alguém que pretenda derrubar a Sessão.

Temos que agir com equilíbrio aqui. Tenho procurado o equilíbrio. Passaram pela Casa, hoje, 29 Srs. Deputados, portanto há quórum para votar a matéria. Não quero ficar abrindo precedentes, não quero criar embaraços, mas puxa vida, o tema, porque é polêmico,

não se vota na quinta-feira. Completamente enganado, pois agora toda quinta-feira vai ter um tema polêmico, porque não é possível! Eu não posso saber se os autores vêm para a Sessão. Essa pauta foi feita ontem!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Vou dar uma sugestão a V. Exa: desconta o salário dos caras que não vêm trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

É uma boa idéia. Proponha isso por escrito e vamos pôDEZEMBRO", r em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Já está no Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pela ordem, Deputado Douglas Fabrício.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, realmente a Sessão de quinta-feira, o senhor está certo de manter.

Agora, o que precisa acontecer é: se tem quórum, vota, se não tem que cair a Sessão, porque não dá para ficar discutindo e muitos Deputados não estão aqui. Os que estão aqui acabam pagando o pato, por quem não está aqui.

Tem que ser correto: tem quórum para votar, vamos votar; não tem, não votamos e acabou.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação o Projeto de Lei nº 693/07.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Pela Ordem)

Peço verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não.

O Projeto de Lei nº 693/07, de autoria do Deputado Ademar Traiano.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Quero registrar os votos contrários.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O projeto está aprovado.

Agora, sim, vai-se proceder a verificação de votação.

Quatro votos contrários. Quinze Srs. Deputados aprovam.

Não há quórum para prosseguimento da Sessão.

Encerramento da Sessão:

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 08, à hora regimental. com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 693/07.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 611, 620 e 638/07.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 074/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 008, 536, 579/07 e do Projeto de Resolução nº 025/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Indicações Legislativas

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 459

Autoria: Deputado Professor Luizão

SÚMULA:

Propõe a implantação de sinalização eletrônica - semáforos.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes - SETR - do Paraná.

O Deputado Professor Luizão dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

A sinalização eletrônica - semáforo - na Estrada da Graciosa, no cruzamento com a Av. Jacob Macanhan no município de Pinhais, divisa com o município de Colombo.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", EM 08.08.07

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um cruzamento com intenso fluxo de veículos e com constantes acidentes ocasionados pela ausência de sinalização eletrônica no local.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 460

Autoria: Deputado Luiz Accorsi

SÚMULA:

Solicita a instalação de válvula de segurança nas mangueiras dos botijões de gás das cantinas e cozinhas de todas as escolas públicas do estado do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação, o Sr. Maurício Requião.

O Deputado Luiz Accorsi dirige-se ao Sr. Secretário de Estado da Educação, o professor Maurício Requião, para solicitar a elaboração de mensagem do Poder Executivo, obrigando a instalação de válvula de segurança nas mangueiras dos botijões de gás que atendem as cantinas e cozinhas de todas as escolas estaduais do Paraná.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", EM 08.08.07

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Apresentamos esta sugestão ao Secretário de Estado da Educação, o professor Maurício Requião, porque entendemos que o produto poderá salvar muitas vidas e pessoas de queimaduras com gás de cozinha. As estatísticas comprovam tal afirmação.

O produto foi inventado pelo bombeiro da reserva do Paraná, Devadir Gonçalves dos Reis, que fez testes da válvula de segurança durante 15 anos. O invento já foi patenteado pelo INPI e reconhecido por órgãos e entidades promotoras de novas idéias, o que já lhe valeu prêmios talento pela invenção.

Como a maioria das mangueiras de gás instaladas estão com a data de validade vencidas, a substituição da mangueira com a válvula de segurança não seria ônus algum para as escolas estaduais.

A mangueira com a válvula de segurança é um produto não perecível, com liga de cobre, latão, plástico, elastômeros e alumínio. O produto usa sistema de vedação que trabalha a menos de 15°. É composto por uma válvula que possui um dispositivo inteligente que, a um simples contato com o fogo ou rompendo completamente, é acionado, interrompendo o vazamento do gás.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 463

Autoria: Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita a realização de perícia para o pagamento de adicional de insalubridade aos servidores do Hospital Osvaldo Cruz.

Ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier - Secretário Estadual de Saúde.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário para solicitar o seguinte:

Seja avaliada pela Perícia Oficial do Estado a ocorrência de labor insalubre, nos termos do artigo 4º, parágrafo 2º, da Lei nº 13666/02, no Hospital Osvaldo Cruz.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", EM 09.08.07

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, pois os funcionários pleiteiam o pagamento desse adicional, que entendem fazer jus, ante as condições laborais que podem facilmente ser reconhecidas através de perícia técnica.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 465

Autoria: Deputado Stephanes Júnior

SÚMULA:

Propõe recape da Rodovia PR - 424 - Salto do Itararé e Siqueira Campos.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Recape da Rodovia PR - 424 entre Salto do Itararé e Siqueira Campos.

2 - A solicitação justifica-se para o desenvolvimento da região do norte pioneiro.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", EM 09.08.07

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 467

Autoria: Deputado Stephanes Júnior

SÚMULA:

Propõe pavimentação da Rodovia PR - 436 - Ibaiti e Ribeirão do Pinhal.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Pavimentação da Rodovia PR - 436 entre Ibaiti e Ribeirão do Pinhal.

2 - A solicitação justifica-se para o desenvolvimento da região do norte pioneiro.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", EM 09.08.07

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 469

Autoria: Deputado Stephanes Júnior

SÚMULA:

Propõe pavimentação da Rodovia PR - 151 - Carlópolis e Salto do Itararé.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Pavimentação da Rodovia PR - 151 entre Carlópolis e Salto do Itararé.

2 - A solicitação justifica-se para o desenvolvimento da região do norte pioneiro.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", EM 09.08.07

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 470

Autoria: Deputada Cida Borghetti

SÚMULA:

Sugere ao Secretário de Estado da Saúde o planejamento de atendimento de alta complexidade na área de abrangência da 15ª Regional de Saúde.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Saúde, sugerindo ao mesmo que determine acolhimento às sugestões da Diretoria Médica e da Chefia da Divisão de Pronto Atendimento do Hospital Universitário Regional de Maringá, conforme seguem transcritas:

1) que seja feito treinamento para que, no mínimo, um médico de cada município dê o primeiro atendimento a pacientes de alta complexidade, proporcionando recursos técnicos adequados para melhor atender esses pacientes ou encaminhá-los ao HU de Maringá em melhores condições de continuidade do atendimento. A Diretoria Médica do HU de Maringá já fez contato com o Dr. Gilberto Martins da Secretaria de Estado da Saúde;

2) seja efetivado o aparelhamento dos postos de atendimento nos diversos municípios da 15ª Regional de Saúde, haja vista que muitos pacientes são enviados ao HU de Maringá para confirmar diagnóstico por falta de aparelho de Raio X ou de laboratório. Dessa forma é essencial a microrregionalização, para que os municípios de porte médio possam auxiliar os municípios de menor porte, evitando que todos os pacientes sejam encaminhados para atendimento no HU de Maringá.

As providências sugeridas evitarão o acúmulo de pacientes no pronto-socorro do Hu de Maringá e maior efetividade nos atendimentos.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", EM 09.08.07

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 473

Autoria: Deputado Felipe Lucas

SÚMULA:

Propõe recursos para UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro-Oeste para instalação de um Laboratório de Línguas no *campus* da Universidade em Irati - LABORALI.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, vem respeitosa-mente à presença do Coordenador da Unidade de Gestão Financeira, Sr. Nivaldo Rizzi, reivindicar a seguinte providência para a UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro-Oeste localizada em Irati-PR - Procoloto SETI nº 9.631.751-4.

- Instalação de um Laboratório de Línguas da UNICENTRO/Irati - LABORALI

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", EM 09.08.07

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A instalação do laboratório de línguas é de suma importância para a capacitação intelectual dos alunos que ali estudam, vez que serão diretamente beneficiados os cursos de: Letras/Inglês; Letras/Espanhol; Curso de Turismo (Inglês e Espanhol) além de incentivar a aprendizagem de uma segunda língua àqueles que se propõem a fazer um curso superior.

Importante ainda ressaltar o conceito que a UNICENTRO vem continuamente recebendo do ENAD e do IDD a credenciam como uma das melhores do Brasil; em 2005, o curso de Engenharia Florestal foi avaliado com nota máxima, classificando-se como o melhor de nosso país e, em 2006, o curso de administração foi também avaliado com nota máxima, disputando a classificação com a mesma nota com outros 45 cursos do Brasil.

Estas colocações somente vêm reforçar a importância da instituição perante a formação intelectual e profissional de seus estudantes. Certamente, com alguns investimentos, pode fortalecer-se ainda mais em conceito e qualidade perante as demais universidades nacionais.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 476

Autoria: Deputado Stephanes Júnior

SÚMULA:

Propõe pavimentação da Rodovia PR - 151 - Salto do Itararé e Santana do Itararé.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Pavimentação da Rodovia PR - 151 entre Salto do Itararé e Santana do Itararé.

2 - A solicitação justifica-se para o desenvolvimento da região do norte pioneiro.

Cordiais saudações,

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", EM 13.08.07

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 477

Autoria: Deputado Stephanes Júnior

SÚMULA:

Propõe pavimentação da Rodovia PR - 092 - Wenceslau Braz e Jaguariaíva.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Pavimentação da Rodovia PR - 092 entre Wenceslau Braz e Jaguariaíva.

2 - A solicitação justifica-se para o desenvolvimento da região do norte pioneiro.

Cordiais saudações,

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", EM 13.08.07

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 478

Autoria: Deputada Cida Borghetti

SÚMULA:

Sugere ao Secretário de Estado da Educação a reforma do Colégio Estadual Unidade Pólo, no município de Jandaia do Sul.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, sugerindo ao mesmo a reforma do Colégio Estadual Unidade Pólo - Ensino Fundamental e Médio, no município de Jandaia do Sul.

A referida escola já tem elaborado laudo de obras que devem ser feitas em caráter de urgência, haja vista o lamentável estado do prédio. As fotografias mostram o estado de degradação das instalações, razão pela qual se encarece a imediata atenção da Secretaria de Estado da Educação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", EM 13.08.07

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 480

Autoria: Deputado Felipe Lucas

SÚMULA:

Propõe a aquisição de equipamentos básicos e materiais de consumo para o CEDOC - Centro de Documentação e Memória da UNICENTRO de Irati.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que esta subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Sra. Lygia Lumina Pupatto, solicitar:

Aquisição de equipamentos básicos e materiais de consumo para o CEDOC - Centro de Documentação e Memória da UNICENTRO de Irati - Protocolo nº 9.640.066-7, de 17 de julho de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", EM 13.08.07

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A aquisição dos equipamentos para comporem o Centro de Documentação e Memória é de suma importância para a universidade, pois com isto poderá implementar a criação de cursos de pós-graduação na área de Ciências Humanas, além de preservar a memória de uma região composta de municípios que não possuem uma forma de assim fazê-lo.

Porém, para concretizar esta ação é necessário um acervo organizado e disponível para consultas dos pretendentes aos cursos que freqüentarem ou a quem se interessar pela história da cidade que habita. Hoje o CEDOC já possui documentos de Irati e Imbituva, datados no período de 1882 a 2000, compondo-se de alvarás, execuções, reclamações trabalhistas, recursos e outros.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 484

Autoria: Deputado Felipe Lucas

SÚMULA:

Propõe a instalação de um elevador na UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste de Irati.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que esta subscreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Sra. Lygia Lumina Pupatto, solicitar:

Instalação de um elevador para acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, na UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste de Irati. Protocolo nº 9.640.064-0, de 17 de julho de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", EM 14.08.07

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O prédio onde funciona essa universidade foi construído na década de 50, com 3 pavimentos, composto de longas escadas, pois na época não havia a preocupação que os mesmos fossem adaptados às pessoas com deficiência ou pessoas com idade avançada. A UNICENTRO possui 17 cursos; 2655 alunos e 315 prestadores de serviços. Ainda para dar uma melhor forma de vida à população da região, foi criada a UNATI - Universidade Aberta da Terceira Idade, cujos alunos obrigatoriamente tem de ter idade mínima de 50 anos, o que por si só, em muitos casos já é um dificultador de frequência para aquelas pessoas que procuram um aperfeiçoamento ou uma melhora em seu aprendizado devido às dificuldades, muitas vezes, de subir escadas.

A Lei nº 10098, em seu Capítulo IV, artigos 11 e 12, é bem clara quanto às condições de acessibilidade nos edifícios públicos ou de uso coletivo, e a necessidade é premente de se colocar em prática esta lei, a fim de que se possa dar um melhor conforto àqueles que frequentam os cursos ou trabalham nesta instituição.

Diretoria Geral

Portaria

PORTARIA Nº 209/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9495/07, datado de 13 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

1º Mandar averbar na ficha funcional de Maria Odilia Ribeiro dos Santos, matrícula nº 40328, funcionária desta Assembléia legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-03, lotada na Barbearia, o tempo de contribuição de 08 anos, 09 meses e 18 dias, já descontando o tempo em paralelo, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, conforme Certidão de Tempo de Contribuição do INSS e referente aos seguintes períodos: de 09/03/81 a 25/08/81 em que trabalhou na ORBRAM - Organização Brabilla Ltda; de 01/09/81 a 29/02/84 em que trabalhou na Nacional Limpeza e Conservação S/C Ltda; de 03/05/65 a 01/02/71 em que trabalhou na Serviço Alimentação da Previdência Social; de 09/11/73 a 04/12/73 em que trabalhou na SAGEPAR - Serviços Gerais do Paraná Ltda.; e, de 26/03/76 a 01/04/76 em que trabalhou na Cíntia Modas Ltda.

2º Mandar revogar a Portaria nº 082, de 18/05/95, que incorporou indevidamente 01 ano, referente à contagem em dobro de duas licenças especiais, por não encontrar amparo legal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.10.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Publicações Administrativas:

Abono Permanência

ABONO PERMANÊNCIA

Protocolo nº 9404/07

Requerente; NIVALDO VANDIR CORDEIRO

Assunto: Abono permanência

DESPACHO

- 1) Indefiro, nos termos do parecer da Procuradoria.
- 2) Ao DSE para publicação.
- 3) Ao DA para arquivar.

Curitiba, 01.10.07

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

